

Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder

In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, Editora Alínea, 2007. (ISBN 85-75161920).

Carlos Brandão¹

“o livro que não existe (...) deve sair em busca de uma teoria social global, na qual se entronquem (...) a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação social e a teoria do poder” Celso Furtado (1976: 11).

Este ensaio procura apresentar algumas questões que dizem respeito ao recente ressurgimento da temática do território nos âmbitos científico e político. Propõe a estruturação de uma agenda investigativa ampla para abordar as complexas articulações entre desenvolvimento e território. Analisa a direção que as pesquisas na área vem tomando. Busca apontar as determinações estruturais e históricas recentes que conduziram à revalorização da dimensão territorial dos processos sociais. Mapeia as principais teorias, as predecessoras e as recentes, desta área das ciências sociais. Sugere que estas formulações analíticas apresentam alguns vieses e negligenciam importantes questões de natureza estrutural. Finalmente, apresenta uma proposta de reintrodução destas questões no debate acadêmico e na ação política com vistas à construção democrática de estratégias de desenvolvimento.

1) Determinações

Existe hoje vasta e detalhada literatura sobre as mudanças de grande alcance ocorridas no sistema capitalista no período mais recente, sobretudo nas três últimas décadas. Uma conjugação de determinantes, tanto de natureza conjuntural quanto estrutural, confluiu para que se processassem alterações profundas na ordem mundial. Não caberia aqui discutir as diversas dimensões desse processo: regime mundial de valorização financeirizado, reorientação produtiva e organizacional, revolucionarização tecnológica, redefinição do papel do Estado, precarização das relações de trabalho, realocação econômica, marginalização social, regional etc.

¹ Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP. Pesquisador do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) e do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) do mesmo instituto. Pesquisador da Fapesp. Bolsista do CNPq. E-mail: brandao@eco.unicamp.br.

Torna-se necessário apenas lembrar que algumas determinações internacionais impuseram - a partir de meados dos anos 1970 e da retomada do autocentrismo imperial e da hegemonia americana – pesado ônus sobre a economia e sociedade mundiais, quebrando a trajetória anterior de crescimento e impingiram profundas transformações sociais, econômicas e políticas ao mundo.

Entre tais transformações sistêmicas no capitalismo e suas repercussões no território, não há determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações teóricas e históricas delicadas entre estas duas dinâmicas.

As mudanças que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista e na dinâmica societária em escala mundial apresentam uma série de desafios para a análise da expressão espacial das densas e rápidas alterações socioeconômicas e políticas em curso.

As modificações nas bases materiais e sociais e a mundialização do capital subverteu e aprimorou o uso que o capitalismo sempre fez do território. Desembocou-se no primado da lógica do mercado sem travas, impondo o tratamento analítico rigoroso das relações dialéticas entre as complexas relações entre fluidez/mobilidade do capital e sua crescente faculdade de captar e reagir às diferenciações territoriais.

Outro ponto importante a ser enfrentado é analisar as diversas circunstâncias políticas que consolidaram as opções neoliberais (Harvey, 2005) e (Smith, 2005) realizadas, que acabaram por reforçar, os discursos de urgência e profundidade da crise e o imperativo da descentralização, da governança territorial, a interpretação localista da realidade, “sugerindo”, através das agências multilaterais, modelos de comportamento e “recomendações” de estratégias e ações “públicas” para o desenvolvimento.

Por outro lado, é bom lembrar que, sem dúvida, o território torna-se também espaço da indeterminação, da contingência, *lócus* de lutas políticas. Vários autores ressaltam as formas através das quais as lutas sociais renovadas ganharam o território, avançando no sentido de se contraporem “ao espaço alheado, racionalizado e abstraído, opondo representações espaciais que favoreçam a disputa de significados e sentidos da experiência social” Ribeiro (2002: 49). Engendram-se “espaços da esperança” (Harvey, 2000). É patente o crescimento dos contramovimentos de resistência, protestos, combates emancipatórios etc.

Em suma, o debate sobre a dimensão territorial do desenvolvimento capitalista, entendendo, deve ser posicionado neste movimento de contradições enunciado acima. Pretendemos sugerir alguns apontamentos, muito preliminares, para a discussão destas questões.

O início do enfrentamento de tão complexas questões passa pelo levantamento mínimo das poderosas contradições inculcadas nesse objeto (mediações entre capitalismo e território), que encontram manifestação em vários movimentos paradoxais que, *grosso modo*, poderiam ser sintetizados naquele apresentado por Harvey (1989: 267): “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”.

A fluidez se acelera, prolonga e exacerba. Surgem novas interdependências, vínculos mercantis e não mercantis, setoriais e territoriais, que redefinem circuitos produtivos territorializados e (re)criam novos usos das heterogeneidades espaciais pelo capital. Estabelecem-se novas hierarquizações e enquadramentos, atualizam-se e desatualizam-se fluxos de mercadorias e redes de poder com grande rapidez. Marx, nos *Grundrisse*, chamava a atenção para o fato que o capital, em seu movimento logra a “produção de uma esfera constantemente maior de circulação”, um “sistema de exploração geral das qualidades naturais e humanas”, potência em auto-revolução permanente, “que se move em contradições, constantemente superadas, mas também constantemente postuladas...”. A natureza fluidica das relações capitalistas contemporâneas tem levado, do meu ponto de vista, alguns teóricos a exagerarem a sobredeterminação dos fatores intangíveis, imateriais, não-mercantis, desmedidamente enxergando um novo caráter de intactilidade, incorporeidade, ao afirmarem que o sistema é cada vez mais etéreo e informacional. Segundo esta interpretação o território seria o portador desta “desmaterialização” das anteriores relações produtivas, sociais, etc.

A percepção fenomênica apresenta inúmeras mudanças na superfície que ainda temos dificuldade de aquilatar sua real capacidade de transformação de estruturas. Considero que a questão territorial situa-se neste campo complexo de determinações. Por exemplo: a natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de

assimetrias). “O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (Smith, 1988, p. 19).

O andamento da acumulação de capital promove a coerência imposta a processos, lógicas e dinâmicas muito diversas e variadas. O processo de articulação, abertura e integração de mercados recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à reacomodação de suas estruturas. Quando acelera-se o processo interativo, acirra-se a concorrência inter e intra-territorial. Os mercados localizados passam a ser expostos à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos. Na esteira da incorporação, multiplicam-se as interdependências e as complementaridades regionais, que podem acarretar o aumento tanto das potencialidades quanto de suas vulnerabilidades. Metamorfoseia-se a densidade econômica de pontos seletivos no espaço: sua capacidade diferencial de multiplicação, de reprodução e de geração de valor e riqueza; sua capacidade de articulação inter-regional; o grau e a natureza das vinculações e a densidade dos circuitos “produtivos”. Mudam e diversificam-se os fluxos, o movimento de seus eixos de circulação e seu potencial produtivo, a estrutura sócio-ocupacional de seus habitantes etc. As conexões e desconexões são muitas vezes rápidas e facilitadas por diversos mecanismos. Diferenciam-se, ainda mais, as manifestações territoriais dos processos de produção, de consumo, de distribuição, de troca (circulação), que são, por natureza, marcadamente diversificadas espacialmente. As temporalidades dos diversos espaços, crescentemente integrados, abreviam o curso de vários processos históricos. Os espaços, tornados conexos, amplificam-se e adensam-se seus fluxos.

As mudanças tecnológicas e organizacionais e os imperativos da globalização, que apontamos mais acima, têm imposto novos requisitos de fluidez, agilidade na rotação e na mobilidade, acionado e aperfeiçoado novos elementos de seletividade de diferenças espaciais, exigindo novos requisitos locais, reafirmam-se e negam-se externalidades localizadas, desconstruindo ou reconstruindo novas dinâmicas e dimensões territoriais e novas formas de produção do espaço social. O capitalismo continuamente desenha e redesenha “novas geografias”, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação territorial. Mudam os padrões de articulação das diversidades localizadas. Mudam os núcleos dinâmicos de comando que exercem diferentes espécies de

atratividade e dominação e geram estratégicos ou não pontos, eixos e nós de maior ou menor potência reprodutiva e capacidade de apropriação.

Estas são questões atinentes aos processos de integração e polarização, que derivam da própria natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Se o processo de integração nos dá uma idéia de articulação e enquadramento, o de polarização nos dá uma de hierarquia.

Todas essas determinações lembradas aqui (integração, hierarquização etc) foram desenvolvidas em outro trabalho (Brandão, 2001). A idéia de apresentá-las acima é apenas para sugerir que graças a elas a problemática do território se impôs com muita força argumentativa no debate científico e político da atualidade.

Antes de apresentar algumas questões atinentes a este debate, gostaria de ressaltar, como lembrado acima, algumas determinações que abriram caminho ao fortalecimento das lutas sociais e políticas que apresentem algum caráter territorial. Este é um ponto importante da agenda de investigação que exige melhor desenvolvimento analítico e esforço de sistematização, de caráter coletivo.

Considero David Harvey o maior expoente desta vertente investigativa, que procura pesquisar como “os interstícios do desenvolvimento geográfico desigual ocultam um verdadeiro fermento de oposição” Harvey (2000: 102). A longa citação a seguir resume grande parte desta agenda: o estudo das contraposições, paradoxos e contradições entre, de um lado, a capacidade crescente que o capital tem para se “apropriar e extrair excedentes (rendas diferenciais monopolistas) das diferenças locais, das variações culturais locais etc”, de outro, das amplas possibilidades de construção dos “espaços da esperança”. Para esse autor,

A busca por essa renda leva o capital global a avaliar iniciativas locais distintas. Também leva à avaliação da singularidade, da autenticidade, da particularidade, da originalidade, e de todos os outros tipos de outras dimensões da vida social incompatíveis com a homogeneidade pressuposta pela produção de mercadorias. Para o capital não destruir totalmente a singularidade, base da apropriação das rendas monopolistas, deverá apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em algum grau, incontrolável, que possa ser antagônico ao seu próprio e suave funcionamento. É em tais espaços que todos os tipos de movimentos oposicionistas devem se organizar (...). O problema para o capital é achar os meios de cooptar, subordinar, mercadorizar e monetizar tais diferenças apenas o suficiente para ser capaz de se apropriar das rendas monopolistas disto. O problema dos movimentos oposicionistas é usar a validação da particularidade, singularidade, autenticidade e significados culturais e estéticos de maneira a abrir novas possibilidades e alternativas (...) construindo, de modo ativo, novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição (...). Ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição, abrem espaço para a reflexão e a

ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas (Harvey, 2001: 238).

2) Teorias

Entendo que as determinações listadas acima estabeleceram e impuseram, sobretudo nas duas últimas décadas, intensa reemergência das temáticas atinentes à dimensão territorial do processo de desenvolvimento.

A abrangência do debate é enorme, quase sem limites, dando a impressão de que tudo (todos os processos, ações etc) seria “territorial” ou poderia ser “territorializado”. Tratado como variável acabou tendo sua análise banalizada por muitos autores e práticas discursivas.

Tem inteira razão o Prof. José Reis (2005) quando afirma que “O território precisa ser interpretado – e não apenas considerado como uma variável de descrição das diferenças na repartição econômica. A interrogação mais forte acerca do território é a que procura compreender a genealogia dos processos socioeconômicos: por que razão se geram ali, e não noutro sítio, dinâmicas ou déficits? Isto implica uma epistemologia do território (...) se rejeita a visão organicista que vê os territórios como derivações, sub-produtos, de ordem imanentes e se entende que se deve olhar para as sociedades...”

É bom lembrar que o ressurgimento da questão territorial ocorreu, de início, já hegemonizado por uma visão econômica conservadora. Há um certo retorno às questões clássicas deste debate no âmbito das ciências sociais. Daí a importância do resgate aqui de alguns pontos centrais destas visões teóricas. As análises mais tradicionais têm como ponto de partida a constatação das assimetrias iniciais na distribuição territorial dos fatores de produção e das atividades humanas. Posta essa diferenciação inicial na dotação de recursos, os autores procuram demonstrar que a racionalidade dos agentes, ao tomarem decisões otimizadoras frente a essas irregularidades e assimetrias, acabará vencendo essas “fricções espaciais”. Nesse contexto, frente à impossível equidade, a eficiência decisória dos agentes quanto à localização contornariam esses obstáculos advindos das indivisibilidades, efeitos de escala e problemas colocados pela insuficiente mobilidade dos fatores de produção e pela distância física entre bens, pessoas e mercados (ou “fricções” de intervenção, colocados pelas “falhas de Estado”). Ou seja, tudo se transformaria em uma questão

de distribuição locacional, em um ambiente não construído, mas dado “naturalmente”, inerte, isto é, conformado pelas forças mercantis, sendo o território tão-somente o receptor dessas decisões individuais. Conforme apontado mais à frente, este modelo teórico possui nítido caráter a-histórico, a-escalar (aplicável tanto a um país, quanto a uma cidade, etc). Também não há contexto institucional e nem ambiente construído por forças sociais e políticas.

Seguindo essa concepção estática, positivista e utilitarista, procura analisar as causas da ineficiência (de mobilidade) alocativa de recursos escassos no espaço, com distribuição desigual em dado território. Postas as imperfeições na movimentação dos fatores mercantis, seria necessário que o sujeito atomizado realizasse racionalmente uma escolha locacional ótima. A ordenação dos agentes e das atividades no espaço se daria com regularidade e racionalidade, se combatida os gargalos e bloqueios à fluidez. Neste sentido seria importante empreender estudos que realizassem tipologias e balanços entre forças concentradoras e forças dispersivas.

Na busca por pesquisar as racionalidades e as regularidades presentes nos processos de localização das atividades econômicas tivemos as contribuições que conformaram o campo de estudos denominado de Ciência Regional, destacando-se, de início a “escola alemã”: a localização agrícola em gradientes (anéis concêntricos de produção) de Von Thünen (1826); a determinação da localização industrial ótima, aquela que operará com menores custos de produção e incorrerá em menor custo de transporte de Alfred Weber (1909); a análise da formação das redes hierarquizadas de localidades centrais de Walter Christaller (1933); a conformação hexagonal do sistema econômico urbano, estruturada a partir da busca por maximização de lucro de August Lösch (1940), etc. Estas abordagens locacionais, objeto desta análise dos alemães foi submetida à sistematização neoclássica realizada por Walter Isard (1956), o que deu origem ao que se poderia considerar a “escola anglo-saxônica” da Ciência Regional.

Baseadas no individualismo metodológico e nas escolhas racionais e maximizadoras, dadas as restrições, com a dotação de recursos inscrita em uma superfície homogênea, contínua e plana, realizam-se os cálculos que regulariam a eficiência nos deslocamentos dos agentes, medida via custos de transportes. A unidade decisória usuária de “uso do solo”, de assentamento, de vantagens locacionais e de proximidade e acessibilidade a bens e infra-estruturas, segundo seus gostos e

preferências individuais, realizariam suas escolhas por espaço/localização. Produzir e consumir não seriam atos indiferentes à sua localização e “a rigor, qualquer transação econômica envolve agora um custo para superar a distância, ou que, para ser disponível, um recurso deve ser antes acessível” (Smolka, 1984: 771). Ao cabo do processo afirma-se uma distribuição final racionalizada “das pessoas e dos objetos”, otimamente dispostas no espaço geográfico.

Em um espaço-plataforma homogêneo, dotado de contigüidade, um plano geométrico, cristalizariam-se as aglomerações humanas e agrupar-se-iam certas atividades econômicas. Cada bem ou serviço produzido apresentaria uma escala ótima de produção, correspondente a uma demanda repartida regularmente por esse “mercado territorial” homogêneo. Em tal ambiente não pode, naturalmente, operar rendimentos crescentes ou externalidades, que criariam fricções e imperfeições à livre “competição espacial” dos agentes.

Tendo por base o individualismo metodológico, o território tem um status similar ao da firma na teoria neoclássica. Segundo essa teoria a firma (ou a região) seria uma unidade que toma decisões autônomas, realizando a mais racional e eficiente combinação de fatores. Mas isso à primeira vista. Uma visão mais profunda, facilmente teria que reconhecer que estas entidades nada decidem, não têm poder, são passivas e meros instrumentos das forças de mercado, que promoveriam o ajustamento harmonioso, superando as fricções existentes nestes planos estáticos (que seriam as regiões).

Duas grandes correntes se consolidaram: a “escola americana” (Walter Isard) e a “escola francesa” (Perroux e Boudeville). Caberia lembrar ainda as contribuições de Albert Hirschman (1958), sobre o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios, e de Gunnar Myrdal (1957), sobre os processos de causação circular acumulativa. Ambos combatendo a visão conservadora sobre etapas do desenvolvimento de Rostow (1959).

Apesar da estreiteza metodológica, importantes perguntas são formuladas acerca da dimensão espacial dos processos de desenvolvimento por aqueles e outros autores clássicos, em certo sentido de forma marginal, ou seja, se constituindo em uma agenda ampla, mas periférica ao *mainstream* das ciências sociais, que em sua maioria é a-espacial. Analisaram variadas questões. Muitas com origem nas questões da proximidade e da aglomeração de pessoas e atividades. O papel do agrupamento e

da concentração e sua distribuição geográfica. A distribuição espacializada das estruturas econômicas se dá a partir de pontos ordenados de produção e zonas de mercado de consumo. A discussão do tamanho do mercado e das distâncias se tornou parâmetros fundamentais da análise. As escolhas de lugar para produzir e consumir são analisadas. A interdependência econômica e a articulação física e funcional são elementos que foram pesquisados. As razões de alguns núcleos urbanos e regionais emergirem como pontos com alta centralidade. Procurou-se avançar uma tipologia, com a classificação dos fatores locacionais: os fatores aglomerativos e desaglomerativos, os efeitos de atração e repulsão. Analisa-se o processo de concentração/desconcentração espacial dos fatores e atividades, buscando uma teoria da localização (sobretudo industrial). Avaliam-se as influências das economias de escala, economias de urbanização e economias de localização. A configuração regional e urbana seria a resultante do balanço dessas forças e efeitos. As análises centradas nas atividades terciárias e sua capacidade de “estruturação espacial” também ganham relevo. Quanto à questão especificamente urbana, caberia lembrar a concepção funcionalista de cidade como “organismo social” da escola da ecologia urbana de Chicago (Gottdiener, 1993), que acabou seguindo uma via de diálogo com as teorias mais conservadoras do debate territorial.

Somente a partir dos anos 1970 é que se estruturou um pensamento alternativo a esta corrente hegemônica. A concepção teórica e metodológica que preside todas as formulações não conservadoras, a partir daí, é a de que o território é uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e das lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente.

Nenhum recorte espacial poderá ser mais visto como passivo, mero receptáculo e sem contexto institucional e moldura histórica.

Conhecendo grande desenvolvimento a partir dos anos 70 a investigação, inspirada em Marx, acerca da produção e reprodução social do espaço e do ambiente construído, colocou a ênfase na relação entre Estado e capital em sua intervenção sobre o espaço. Diversas foram as contribuições aportadas pela geografia radical, crítica e marxista, assim como da sociologia urbana e da economia política. Cabe destacar as formulações, por vezes conflitivas entre si, nessa empreitada, dos seguintes autores: Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Alain Lipietz, Doreen Massey, Jose Luiz Coraggio, Milton Santos, Neil Smith, Edward Soja, dentre

outros.

Henri Lefebvre (1970, 1974) forneceu importantes *insights* para o entendimento das formas de produção do espaço e sua perspectiva engajada pela luta política pelo direito à cidade (*locus* da diversidade e da potencial redenção da classe trabalhadora). O espaço é o local geográfico da ação libertadora, posto que a configuração espacial refletiria a hierarquia de poder posta na sociedade, que deveria ser enfrentada. As relações entre o urbano e o rural também mereceram tratamento lefebvreano.

David Harvey (1973) apresenta importante contribuição teórica e abre todo um campo de discussões sobre o ambiente construído. Partindo de uma análise das relações entre processos sociais e forma espacial, coloca ênfase nas lutas que se travam entre as frações do capital e entre este e o trabalho. Sua agenda avançará para a elucidação do papel do Estado, da dominância do capital financeiro e do processo de investimento. Sua contribuição talvez mais lembrada é aquela da elucidação do processo de desvalorização de capital, discutindo como o sistema capitalista, cria um ambiente construído, adequada a determinada fase histórica, para depois destruí-lo.

Manuel Castells (1977), em “A Questão Urbana”, aponta também as relações complexas entre o modo de produção e a forma espacial. Discute o papel dos meios de consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho, realiza a discussão do Estado e dos movimentos sociais urbanos sobre a produção e reprodução social do espaço.

Alain Lipietz (1977), após realizar importante resgate crítico das teorias tradicionais, que segundo ele têm uma visão empirista do espaço, irá propor um plano de pesquisa que tem por base o que ele chama de estudo da estruturação do espaço pelos modos de produção, que, segundo ele, não existe em estado puro, mas como um “complexo de modos de produção”, “sob a dominação de um deles”. Assim, Lipietz confere às regiões o *status* de formação social específica, tendo sido muito criticado por essa limitação. Entretanto, considero que sua discussão dos circuitos de ramo é seminal, no sentido de destacar a diferenciação setorialista da produção capitalista, ponto central que precisa ser aprofundado na agenda crítica que trata do território.

Muitas outras contribuições importantes foram trazidas ao debate, não cabendo aqui o mapeamento minucioso das posições teórico-metodológicas de seus participantes. Apenas para lembrar outros importantes enfoques, caberia mostrar

alguns incursões nesta problemática. Jose Luiz Coraggio (1980), procurando desvendar a espacialidade dos fenômenos de ordem social, discutiu as relações entre as estruturas sociais e as formas espaciais, criticando as concepções conservadoras da “questão espacial”. Ann Markusen (1980) descarta a possibilidade de uma conceituação marxista de região, afirmando que seria mais apropriado se discutir “regionalismo”, enquanto organização de lutas políticas referidas a determinado espaço. Milton Santos (1978), que concebe o espaço como totalidade e como instância social. Discute como as heranças (rugosidades) podem jogar papel ativo da atual divisão territorial do trabalho. Mais recentemente (Santos, 1994) dirigiu suas pesquisas para o papel do meio técnico-científico informacional na estruturação do espaço. Neil Smith (1988), inspirado pelo conceito de desenvolvimento desigual e combinado, procura discutir como esse processo é inerente à geografia específica do capitalismo, fruto de suas inerentes contradições e de sua tendência simultânea à diferenciação e à “igualização dos níveis e condições da produção”.

Muito desta contribuição esbarrou em uma concepção estreita de “capital em geral”, não discutindo sua pluralidade e suas frações. Parte substancial das formulações colocou a ênfase nos conflitos capital X trabalho, negligenciando a relação contraditória capital X capital. Tampouco se avançou além de uma periodização, por vezes mecanicista, estabelecendo relações diretas entre fases comercial, concorrencial, monopolista, dentre outras, e a correspondente configuração de espaços regionais e urbanos. Visões conspiratórias do uso do espaço para controle social estiveram presentes.

É preciso destacar também que parcela significativa desses esforços teóricos se esterilizou em tentativas inócuas, e pouco conclusivas, de definição conceitual de território, espaço, região, lugar etc.

Todas as tentativas de estabelecimento de teorias abstratas, tendo por base princípios dotados de validade geral, procurando elaborar esquemas teóricos com pretensão de dar conta dos processos de caráter universal, apesar de contribuírem para chamar a atenção para a problemática das diversidades territoriais, se mostraram fracassadas em seu intento, mesmo que tenham reconhecido a necessidade de uma abordagem interdisciplinar quando se trata destas questões.

3) Vieses

Pretendo apontar aqui algumas das sérias distorções/negligências por vezes presentes nas novas abordagens. Infelizmente, de forma paralela à reassunção de sua merecida posição teórica e política, as “questões territoriais” vêm, muitas vezes, sendo vulgarizadas e reduzidas, neste contexto de verdadeiro deslumbramento em que parece que “tudo se tornou territorial”.

A necessidade da “territorialização” das intervenções públicas é tomada como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Assevera-se, de forma velada ou explícita, que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, “diluídos” (subsumidos), em um determinado recorte territorial. Na verdade, parece existir uma opção por substituir o Estado (“que se foi”), por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de *território*. Muitas vezes estão ausentes ou “mal abstraídas” questões estruturais. Propugnam-se receitas genéricas, descurando, por exemplo, das especificidades de um contexto de país subdesenvolvido, continental, periférico e com uma formação histórica da escala local bastante peculiar. Lança-se mão de repertórios de boas práticas bem catalogadas, fruto de um esforço de pesquisa de criação de inventários de experiências de desenvolvimento territorial.

O território passa a ser visto como que o grande elemento repositório, condensador e, ao mesmo tempo, regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequada grau de densidade institucional e comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consenso duradouros. É bom lembrar que tal consenso surge como pressuposto e não como propósito a ser construído. Negligencia-se, claramente, o papel, por exemplo, do Estado na provisão de infra-estrutura, tanto *hard*, quanto *soft*, que penso, ainda são importantes fatores de estruturação de dinâmicas. Quase não se discutem ou questionam as relações de propriedade presentes em determinado território.

O território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo. O que é fruto

de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo.

Assumindo uma perspectiva de ressaltar apenas a concórdia de projetos e a conciliação de interesses que se apresentam orquestrados em determinado território. Dissolvem-se ou ocultam-se as contradições, formando um conjunto composto, uma regência ou compromisso territorial que tudo parece ajustar e harmonizar.

Nesse contexto, há enorme dificuldade imposta à construção do debate e do dissenso neste contexto acadêmico e político de hegemonia do pensamento que se apresenta como novidade analítica e política, mas na verdade tem suas raízes em matrizes teóricas bastante antigas e que não deram conta das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas.

A partir dos anos 1990 tem-se a prodigalidade das discussões sobre território. Muitos dos trabalhos, de forma equivocada, consideraram o território como um dado ou um sítio fixado a priori e não como deveria ser: uma construção social conflituosa, isto é, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetórias históricas em aberto. As regiões são, nestas construções teóricas, meros recipientes neutros, lócus sem textura ou entorno. Um platô ou espaço reflexo, inerte, segundo essa concepção empirista do espaço-plataforma. O espaço é plenamente identificado à distância. Esse é o seu principal atributo. As superfícies pouco importam. Os espaços são meros receptáculos.

O território é transformado em sujeito coletivo, difuso, neutro. visão equivocada em que o território, coisificado, toma decisões, realiza opções, tem liberdade para construir, se tiver força de auto-ajuda, uma trajetória própria de desenvolvimento sustentável. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. É um retorno, com maior sofisticação, à velha visão reificada do território, capaz de vontade e endogenia, que oferece sua plataforma vantajosa, segundo uma “concepção empirista do espaço, um *continente* dado como existente, onde vêm se *inscrever* as coisas descritas” (Lipietz, 1977).

Duas grandes matrizes teóricas, antagônicas e com distintas concepções sobre a natureza do território se estabelecem: aquela que vê o território, estaticamente, como reflexo, inerte que deve mercadejar sua plataforma de locação, propagandeando suas vantagens comparativas e disputando a atração de capitais modernos; e aquela que vê o espaço, dinamicamente, como construção social, como produto de conflitos e

disputas em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica.

José Reis denomina estas visões de dois possíveis paradigmas: o da mobilidade e o da genealogia. O primeiro considera o “território com suporte de localizações, local de recepção”, de movimentação de fatores produtivos no espaço. O segundo atribui ao território um “papel ativo, uma ação interveniente nos processos que se pretende analisar”, requerendo uma genealogia dos processos, visto que estes ocorrem em lugares, quer dizer, originam-se e desenvolvem-se em circunstâncias concretas, identificáveis e diferenciadas” (Reis, 2005: 2).

Grande parte da literatura atual o primeiro paradigma, o da mobilidade. Neste o desenvolvimento passa a depender da *performance* do território, de seu acúmulo de relações e de sua capacitação institucional. Este é visto como uma espécie de suporte ou *plateau* que busca atrair “bons” capitais e criar barreiras à atração de habitantes “ruins” (pobres, com baixa qualificação profissional, consumidores não-solventes etc.). No território, mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas/pessoas, construir-se-á, graças à proximidade de atores cooperativos, um poderoso consenso, baseado nas relações de confiança mútua comunitária, que sustentaria, ao fim e ao cabo, o processo de avanço e progresso para todos. Prepondera aí uma visão de ambiente não construído socialmente. Negligenciando o caráter conflituoso por essência da construção de uma trajetória histórica (tratado pelo paradigma da genealogia) de desenvolvimento, subentende-se que atores sociais consensuados localmente possam criar indução ao progresso em todas as dimensões, além da material. O paradigma da mobilidade retoma a velha interpretação do território que o toma como um mero espelho da sociedade, absolutizando-o. A questão do subdesenvolvimento de uma área se daria por mera questão de insuficiência de conectividade ou acessibilidade, isto é graças às fricções, ou diria, ausentismo de fatores dinâmicos.

É preciso ficar claro que uma visão territorializada não pode dizer respeito apenas, como no *mainstream*, à locação de objetos ou fatores econômicos mais ou menos móveis em determinada paisagem. Território envolve, necessariamente, como discutiremos mais à frente, arbítrio, criação, nexos, poder.

Concordo que “não há interpelação sobre o território desligada de uma interpelação sobre a forma como funcionam, de um ponto de vista socioeconômico, os

sistemas e as dinâmicas coletivas (...) a interpretação territorialista é, em si mesma, uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a *coordenação dos processos coletivos*, sobre o papel desempenhado pelos atores neles intervenientes (a sua ação volitiva e as possibilidades de ela se exercer efetivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre atores e processos de diferentes escalas espaciais” (Reis, 2005: 2).

Muitas formulações analíticas atuais sobre território estão exaltando em demasia (muitas vezes banalizando) as potencialidades e a capacidade endógena de uma única escala espacial (geralmente a menor) como inerentemente a melhor para a promoção do desenvolvimento. É certo que no âmbito local muitas ações importantes podem ser articuladas. Mas a escala local encontra uma série de limites que devem ser levados em conta (Brandão, 2003). Infelizmente, parte ponderável da literatura e das estratégias de desenvolvimento territorial fia-se que no localismo. Esta concepção, em um ambiente sóciopolítico fragmentador, reforça lógicas autonomistas que crêem na força de seu potencial endógeno de enfrentamento das forças da globalização, bastando cumprir uma “agenda estratégica” territorial.

Assim, a endogenia exagerada na promoção de políticas públicas de desenvolvimento é mais uma idéia fora do lugar, de tantas outras. A visão monolítica localista realiza uma identificação insistente entre lugar e comunidade, resignando-se frente a um movimento unidirecional de globalização que, segundo tais teorias, é irreversível e marcado pela unicidade de seus processos. Negligenciando a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, os instrumentos de política específicos, acionados a partir de uma ótica focalizada, compensatória e na menor escala (a local), dariam conta de superar os entraves (identificando e removendo gargalos e bloqueios) na trajetória do progresso predestinado, sem limites e absorvedor e inclusivo.

Entendo que o esforço do debate coletivo na área do desenvolvimento territorial necessita aprofundar o balanço de quais são as reais rupturas e persistências (produtivas, sociais, institucionais, políticas, etc) do capitalismo atual e seus impactos espaciais-territoriais mais marcantes. O que realmente mudou? Há alternativas de intervenção contemporâneas que não caíam naquela reificação do território? Será possível e viável politicamente tomar o território como produto de relações sociais a

fim de construir políticas públicas? O território não pode ser tomado como uma variável à mais de análise. “As propostas territorialistas justificam-se na medida em que se acrescente um utensílio cognitivo novo e relevante para a explicação e a compreensão dos processos coletivos contemporâneos. Não basta que se ache que o território é relevante enquanto lugar matricial do ‘processo da vida’ e da capacidade cognitiva, relacional e proativa dos atores sociais. É necessário que essa pertinência, uma vez demonstrada, interfira na própria produção de conhecimentos: tenha uma dimensão epistemológica” (Reis, 2005: 6).

Qualquer diagnóstico de natureza territorial deveria explicitar os conflitos e compromissos postos; posicionar *recorrentemente* a região ou a cidade no contexto: mesorregional, estadual, nacional, etc; identificar seus nexos de complementaridade econômica. Estudar sua inserção frente aos ritmos diferenciados dos processos econômicos dos diversos territórios com os quais se relaciona conjuntura e estruturalmente. Não se pode negligenciar a natureza das hierarquias imputadas. O pesquisador da dimensão territorial do desenvolvimento deve ser um apanhador de sinais e um caçador de hierarquias.

Nos estudos recentes foram abandonadas as análises das hierarquias, dos enquadramentos impostos pela divisão social do trabalho, das centralidades que limitam algumas dinâmicas endogeneizadas. Pouco se analisa acerca da disposição territorial dos centros urbanos, das articulações entre esses centros e com seu *hinterland* etc.

4) Possibilidades

Entendo ser possível e desejável apresentar alternativas ao pensamento apresentado nas páginas anteriores. Diferente do tratamento do território sítio local inerte, há amplas possibilidades de entendê-lo sob outra perspectiva, que logre informa e estruturar outras formas de promoção do desenvolvimento.

Território é nexo, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos. Neste sentido, “ao espaço alheado, racionalizado e abstraído, é preciso opor representações espaciais que favoreçam a disputa de significados e sentidos da experiência social” Ribeiro (2002: 49). A discussão da

escala espacial destes processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações “territorializadas” dos fenômenos sociais.

O território deve ultrapassar a função “de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se inclui [assuma] um papel ontológico, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica ao de outros determinantes sociais. Implica também que se concebam as dinâmicas socioeconômicas globais como algo que não está organicamente estabelecido, como consequência da hierarquia e da previsibilidade antes referidas. Pelo contrário, os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada” (Reis, 2005: 6).

A realidade tem negado as elaborações teóricas abstratas “uniescalares” e, em todo o mundo, as políticas de desenvolvimento com maiores e melhores resultados são justamente as que não discriminam nenhuma escala *de per si* (considerando que uma escala seja melhor que outra, devendo ser privilegiada na ação), mas reforçam as ações multi-escalares: microrregionais, mesorregionais, metropolitanas etc, (re)construindo as escalas espaciais (analítica e politicamente) mais adequadas a cada problema concreto a ser diagnosticado e enfrentado.

Conforme vimos insistindo, território não é uma variável da análise, um dado da realidade ou um sítio fixado. É uma construção social, por natureza conflituosa. Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto. Portanto as indagações analíticas deveriam passar por: Quais atores, agentes e sujeitos? Quais são seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos etc? Atuam em que escala espacial? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam (local, metropolitana, nacional etc)? Onde estão os Centros de Decisão e Comando determinantes dos “fatos territoriais” sob análise?

O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. Assim, “o que está aqui em causa não é a o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas o *território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam*. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, atores,

interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas (Reis, 2005: 7).

A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram (como nas teorias discutidas acima) em, por um lado, estruturas carentes de sujeitos/atores/agentes, por outro, se restringiram a análise de sujeitos sem estrutura.

Como bem afirma Ricardo Abramovay (2006), o debate sobre território está carente de uma teoria da interação social, com “el riesgo de sustituir el estudio de las fuerzas sociales, de su interacción, de sus intereses y de sus conflictos, por la observación de la presencia o ausencia de elementos constitutivos de la cohesión de los territorios, sin tener una teoría que permita trazar hipótesis acerca de la naturaleza de estos elementos. Más que poner el énfasis en un sentimiento general de territorialidad, de pertenencia o de identidad, lo importante es dotarse de medios teóricos que estimulen el estudio empírico de los conflictos sociales y de su desenlace por medio de instrumentos usados por cada uno de sus protagonistas”.

Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais) e são matrizes (Reis, 2005). Formam a rede matricial interna dos territórios (sua capacidade dinâmica), tanto a “*proximidades*” (contexto, co-presença, conhecimentos e identidades partilhados de forma coletiva) quanto as “*densidades*” (“que exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens, competências e externalidades, em ‘ordens constitucionais’ que coordenam a ação de atores sociais”). Porém, há ainda um terceiro elemento nesta proposta de análise do Prof. José Reis (2005: 9): aquele das relações de poder em que os territórios participam, o “*poliformismo estrutural*”. A perspectiva territorialista identifica situações, em vez de apenas as deduzirem (...) detalham processos complexos, em vez de relações abstratas (...) atribuem a formulação de políticas, relacionadas com atores concretos e realidades definidas” (Reis, 2005: 13), em sua, analisa-se a *morfologia do poder*.

Proponho que os estudos da dimensão territorial do desenvolvimento devem se basear na interação entre decisões e estruturas, nas relações estratégias $\Leftrightarrow$ estruturas; nas articulações entre microprocessos, microiniciativas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa. A concepção teórica e metodológica a ser adotada é a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno deste quadro e ambiente construído. No território se debatem (podendo ser compatibilizados

ou não) projetos e trajetórias em contenda. É preciso tratar objetos, mas principalmente ação.

Milton Santos (1996) propõe que o território é o híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ação, conjunto de fixos e fluxos interagindo, que expressam a realidade geográfica. Neste sentido, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996: 51). Ações, em última instância, (re)definem os objetos. “A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social”. Milton Santos lança mão da noção de forma-conteúdo quando analisa o espaço, pois segundo ele, “a cada evento a forma se recria (...) desde o momento que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação (...) A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” Santos (1996: 83).

“A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhe uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais (...) Quando uma sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos...” Santos (1996: 88).

Estudar o agir, o comportamento orientado, dotado de propósitos, intencionalidades, para atingir determinados fins é a principal tarefa dos estudos territoriais.

Estratégias de desenvolvimento são ações disruptivas e inventivas, legitimadas coletivamente. Segundo Celso Furtado (1982: 149) “a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico”. Produz-se o desenvolvimento com intencionalidade, pois “o desenvolvimento significa a gênese de formas sociais

efetivamente novas”. Teorizar sobre ações com intencionalidade transformadora em determinado território requer uma agenda interpretativa extensa e complexa. Elaborar novos instrumentos analíticos que melhor entendam a interação social construtora de autonomia.

É necessário construir um locus analítico de mediação das relações, de filtro “interpretativo” das relações de determinado recorte territorial de análise com as diferentes escalas espaciais. Suas relações autonômicas e heteronômicas devem ser mapeadas. Porém, a complexidade das análises que não tomam o território como uma entidade passiva (mero recipiente em que vêm se inscrever os processos sociais) é enorme: um problema pode se manifestar em uma escala, mas ter sua determinação em outra. Os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo, instância de poder etc. Neste sentido, defendo que pensar políticas públicas territorializadas passa por articular devidamente escalas, arenas, níveis e instâncias que se encontram tramados.

Para fins de análise e de reterritorialização das políticas de desenvolvimento importa empreender a interpretação científica sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo.

É necessário partir de uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais em sua dinâmica de transformação. Harvey (2000: 112) nos diz que “ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala”.

É preciso encontrar a escala, ou campo de observação, adequados para a observação dos fenômenos sobre os quais se deseja lançar procedimentos teórico-analíticos. A escala espacial deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. A interpretação privilegiada de determinado plano escalar pode revelar a natureza dos processos socioespaciais de forma mais adequada. Um nível escalar possibilita apreender dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados.

Milton Santos (1996) defende a “necessidade de operar distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando”, já que o espaço é um híbrido, ou seja, é produzido por uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

O prisma analítico com tal recorte é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização de determinações do ambiente construído. A escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc. Neste sentido, selecionar a escala mais conveniente dos problemas faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. Erik Swyngedouw afirma que “As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala” (Swyngedouw, 1997: 141). Como nível de observação, a abordagem escalar é decisiva para distinguir alguns fenômenos presentes no território, apreendendo algumas referências e nexos que este corte analítico possibilita.

Os desafios analíticos e de ação política de natureza territorial/escalar são enormes, pois as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente, não obstante, permanece a sensação que “as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (Harvey, 2000: 108).

Discutir estratégias territorializadas de desenvolvimento passa, do meu ponto de vista, por encontrar a escala adequada para a definição de determinado campo onde os problemas são mais bem visualizados e as decisões sobre como enfrentá-los, e em que escala, nível de governo e instância de poder, deverão ser tomadas e quais instrumentos e medidas e ações concretas públicas serão acionadas sob aquele prisma particular de observação. Neste sentido, consideramos que é imprescindível buscar construir estratégias multiescalares. Encontrar a escala adequada que defina

determinado campo onde a decisão deve ser tomada. Buscar a escala de observação adequada para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir.

Cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. Esses contratos devem articular horizontalmente os agentes políticos de determinada escala. Submeter circuitos mercantis, sóciopolíticos à circunscrição pactual em dado território, engendrar um ação coletiva, que seja pedagógica, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

Os territórios são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade. É necessário robustecer a endogenia regional e local, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial. Promover mudanças em relações de propriedade, buscando habilitar os atores mais destituídos e marginalizados de determinado território. ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Buscar novos arranjos institucionais que possibilitem a articulação de pactos territoriais. Tomar o território enquanto potência vigorosa de transformação. Discutir centros de decisão e seus mecanismos de legitimação. Analisar a ação de sujeitos sociopolíticos, porém não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos histórica e geograficamente determinados e mediados. É preciso avançar na análise das interações de decisão que traduzem (com complexas mediações), mas também metamorfoseiam/renovam as estruturas. Assumir a conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais, analisar os sujeitos portadores de decisão transformadora. Analisar hegemonias, poderes e hierarquias, construindo e hierarquizando mediações diversas (espaciais, sociais, políticas, monetárias, financeiras, macroeconômicas, microeconômicas, inter-estatais, geoeconômicas e geopolíticas).

Pensar as possibilidades de armar contratos sociais territorializados de desenvolvimento envolve entender o território como ligadura, junção, confluência, ao

mesmo tempo em que este encerra conflitualidade, contenda de interesses múltiplos e lócus de possibilidades de concertação de projetos em disputa.

O processo de desenvolvimento envolve o fortalecimento de uma dialética previsibilidade/imprevisibilidade. Ter consciência do caráter contingente, incerto, de “história em aberto”, à espera de forças que lhe dêem conteúdo. Assim, como defende David Harvey (2000: 278), todos “podem fazer opções ativas e, por meio de seu comportamento, alterar as condições físicas e sociais com que seus descendentes terão de lidar. Elas também modificam seu comportamento como reação a modificações de condições que geram possibilidades diferentes para a mudança evolutiva”.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo (2006). Para una teoría de los estudios territoriales. Neste volume.
- BOUDEVILLE, Jacques R. (1973). Os espaços econômicos. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- BRANDÃO, Carlos (2001). A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, Cadernos IPPUR, v. XV, n. 1, p. 119-134, jan./jul.
- BRANDÃO, Carlos (2003). A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. Campinas, IE/Unicamp. (tese de livre docência).
- CASTELLS, Manuel (1972). A questão urbana. São Paulo, Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel (1999). A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTRO, Iná E. (1995). O problema da escala. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C. e CORRÊA, Roberto L. (1995). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.
- CHRISTALLER, Walter (1933). Central places in southern Germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
- CORAGGIO, José Luis (1988). Territorios en transición: crítica a la planificación en América Latina. Quito, Ciudad.
- DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco (org.). (Org.). Economia regional e urbana - contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.
- EGLER, Cláudio A. G. (1991). As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53(3): 229-245, jun./set.
- FURTADO, Celso (1966). Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- FURTADO, Celso (1976). Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONCALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos A. e GALVÃO, Antônio C. (2003). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo, Editora da Unesp.
- GOTTDIENER, Mark (1985). A produção social do espaço urbano. São Paulo, Edusp, 1993.
- HARVEY, David (1973). A justiça social e a cidade. São Paulo, Hucitec.
- HARVEY, David (1982). Limits to capital. Oxford, Basil Blackwell.

- HARVEY, David. (1989). A condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1992.
- HARVEY, David (2000). Espaços da esperança. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, David (2001). A Produção capitalista do espaço. São Paulo, Anna Blume, 2005.
- HARVEY, David (2005). A brief history of neoliberalism. Oxford, Oxford University Press.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1958). Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- ISARD, Walter (1956). Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure. Cambridge, MIT Press.
- LEFEBVRE, Henri (1970). De lo rural a lo urbano. Barcelona, Ediciones Península.
- LEFEBVRE, Henri (1974). La production de l'espace. Paris, Maspero.
- LIPIETZ, Alain (1977). O capital e seu espaço. São Paulo, Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean (1977). O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LÖSCH, August (1940). The economics of location. New Haven, Yale University Press.
- MARX, Karl (1857-1858). *Grundrisse*: los fundamentos de la critica de la economia politica. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1973.
- MASSEY, Doreen (1984). Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production. 2^a ed. New York, Routledge, 1995.
- MYRDAL, Gunnar (1957). Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga.
- NORTH, Douglas C. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. New York, Cambridge University Press.
- PERROUX, François (1964). A economia do século XX. Lisboa, Herder, 1966.
- POLÈSE, Mario (1998). Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra, APDR.
- PUTNAM, Robert D. (1993). Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.
- REIS, José (2005). Uma epistemologia do território. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. (<http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm>).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* (2002). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVI, n.1, pp.33-52, jan. / jul.
- ROSTOW, Walt W. (1959). Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SANTOS, Milton (1985). Espaço e método. São Paulo, Nobel.
- SANTOS, Milton (1994). Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (1996). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec.
- SMITH, Neil (2005). The end game of globalization. New York, Routledge.
- SMITH, Neil. (1988). Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SMOLKA, Martin O. (1984). O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas. Estudos Econômicos, 14(3): 767-784, set./dez.
- SWYNGEDOUW, Erik (1997). Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin (ed.) Spaces of globalization: reasserting the power of local. New York/London, The Guilford Press.
- VON THÜNEN, Johann Heinrich (1826). The isolated state. New York, Pergamon Press, 1966.

